

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85300/2025

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO HUMANO, para os municípios consorciados na condição de órgãos participantes da licitação (AGUDO, CACEQUI, DILERMANDO DE AGUIAR, FAXINAL DO SOTURNO, FORMIGUEIRO, ITAARA, IVORÁ, JAGUARI, JARI, JÚLIO DE CASTILHOS, MATA, NOVA ESPERANÇA DO SUL, NOVA PALMA, PARAÍSO DO SUL, RESTINGA SÉCA, SANTA MARIA, SANTIAGO, SÃO FRANCISCO DE ASSIS, SÃO JOÃO DO POLÉSINE, SÃO MARTINHO DA SERRA, SÃO PEDRO DO SUL, SÃO SEPÉ, SÃO VICENTE DO SUL, SILVEIRA MARTINS, TOROPI, TUPANCIRETÃ, UNITALDA E VILA NOVA DO SUL), de acordo com os quantitativos estimados durante o prazo de validade da ata de registro de preços.

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, o Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS - CI/CENTRO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lamartine Souza, nº 68, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Santa Maria/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 94.446.804/0001-62, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Fernando da Rosa Pahim, brasileiro, Agente Político, inscrito no CPF sob nº [REDACTED] e portador do RG nº [REDACTED] e a empresa devidamente qualificada **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dr. João Caruso, 2115, Bairro Industrial, Erechim, RS, CEP 99.706-250, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, neste ato representada por seu Representante Legal, Sra. Clarice Petroski, portadora da Cédula de Identidade nº [REDACTED], inscrita no CPF sob o nº [REDACTED], residente e domiciliado na Rua Dr. João Caruso, 2115, Bairro Industrial, Erechim, RS, CEP 99706-250, a seguir denominada simplesmente fornecedor, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2025, Processo nº 082/2025, Registro de Preços, que julgou proposta deste como mais vantajosa e na qual as partes encontram-se vinculadas, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Registro de preços para aquisição de medicamentos para uso humano, de acordo com os quantitativos estimados durante o prazo de validade da ata de registro de preços, com as características descritas abaixo:

Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Apresentação	Marca/ Fabricante	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
15	Acetilcisteína 200 mg sachê com 5 g pó granulado	Unidade	Cx. c/ 50	Geolab	20900	R\$ 0,4955	R\$ 10.355,95
16	Acetilcisteína 40 mg/mL xarope - Frasco 120 mL	Frasco	1 fr. + copo dosador Cx. c/ 24	Geolab	2090	R\$ 6,3489	R\$ 13.269,20
17	Acetilcisteína 600 mg sachê com 5 g pó granulado	Unidade	Cx. c/ 50	Geolab	20240	R\$ 0,7155	R\$ 14.481,72
18	Aцикловир 200 mg	Cp	2 bl. C/ 15 cp	Cimed	5.000	R\$ 0,1468	R\$ 734,00
26	Ácido Tranexâmico 250 mg	Cp	cx. c/ 12 cp 2 bl. C/ 6 cp	Zydus	14300	R\$ 1,0579	R\$ 15.127,97
27	Ácido tranexâmico 50 mg/ml solução injetável - Ampola 5ml	Ampola	cx. c/ 100 amp.	Hypofarma	300	R\$ 3,7471	R\$ 1.124,13
73	Atorvastatina cálcica 20 mg	Cp	cx. c/ 30cp 2 bl. C/ 15 cp	Cimed	11880	R\$ 0,1294	R\$ 1.537,27

74	Atorvastatina cálcica 40 mg	Cp	cx. c/ 30 cp 3 bl. c/ 10 cp	Cimed	7700	R\$ 0,2624	R\$ 2.020,48
----	-----------------------------	----	-----------------------------------	-------	------	---------------	--------------

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO
CENTRO DO ESTADO/RS – CI/CENTRO**

78	Azitromicina 40 mg/mL pó (600 mg), suspensão oral - Frasco 15 mL	Frasco	cx. c/ 50 fr. c/ 15 ml + 50 seringas c/ 5 ml	Pharlab	1.000	R\$ 6,1099	R\$ 6.109,90
89	Besilato de Anlodipino 5 mg	Cp	cx. c/ 500cp sulcados 25 bl. C/ 20 cp	Geolab	100.000	R\$ 0,0229	R\$ 2.290,00
91	Bicarbonato de sódio 8,4% solução injetável - Ampola 10ml	Ampola	cx. c/ 200 amp. 10 ml	Samtec	400	R\$ 0,7252	R\$ 290,08
94	Bimatoprost 0,3 mg/mL 0,03 % solução oftálmica - Frasco 3 mL	Frasco	1 fr.	Geolab	330	R\$ 14,9352	R\$ 4.928,62
95	Bisacodil 5 mg	Cp	cx. c/ 20 1 bl. C/ 20	Cimed	500	R\$ 0,1029	R\$ 51,45
113	Bromoprida 4 mg/mL gotas - Frasco 20 mL	Frasco	cx. c/ 96 fr. c/ 20 ml	Airela	300	R\$ 1,7272	R\$ 518,16
132	Captopril 25 mg	Cp	cx. c/ 500 25 bl. C/ 20 cp	Cimed	3.000	R\$ 0,0213	R\$ 63,90
134	Carbamazepina 20 mg/mL suspensão oral - Frasco 100 ml	Frasco	cx. c/ 50 fr. + copo medidor	Hipolabor	1.000	R\$ 6,2985	R\$ 6.298,50
135	Carbamazepina 200 mg	Cp	cx. c/ 500 cp	Hipolabor	100.000	R\$ 0,16	R\$ 16.000,00
142	Carbonato de cálcio 500 + colecalciferol 400 UI - Comprimido em blister - (alimento ou medicamento)	Cp	cx. c/ 450 cp 30 bl. C/ 15	Lapon	20.000	R\$ 0,0448	R\$ 896,00
149	Carvedilol 25 mg	Cp	cx. c/ 30 cp sulcado 2 bl. C/ 15 cp	Cimed	25.000	R\$ 0,1069	R\$ 2.672,50
172	Cetoconazol 200 mg	Cp	cx. c/ 30 cp 3 bl. C/ 10 cp	Cimed	100100	R\$ 0,2247	R\$ 22.492,47
181	Cianocobalamina 5000 mcg + Piridoxina 100 mg + Tiamina 100 mg	Cp	cx. c/ 30 cp revest.	Biolab	11000	R\$ 1,4255	R\$ 15.680,50
183	Ciclobenzaprina 10 mg	Cp	cx. c/ 30 cp 1 bl. C/ 30 cp	Cimed	18.000	R\$ 0,0689	R\$ 1.240,20
193	Citrato de Fentanila 50 mcg/mL solução injetável - Ampola 2 mL	Ampola	cx. c/ 50	Hipolabor	1.000	R\$ 1,8578	R\$ 1.857,80
199	Clonazepam 0,5 mg	Cp	cx. c/ 480 cp sulcados 16 bl. 30 cp	Geolab	8.000	R\$ 0,0493	R\$ 394,40
207	Cloreto de Sódio 0,9 % + Benzalcônio gotas descongestionante adulto e pediátrico - Frasco 30 mL	Frasco	cx. c/ 100 fr.	Airela	4125	R\$ 0,8158	R\$ 3.365,18
213	Cloreto de sódio 20% injetável - Ampola 10 mL	Ampola	cx. c/ 200	Samtec	600	R\$ 0,3795	R\$ 227,70
220	Cloridrato de Ambroxol 6 mg/mL xarope - Frasco 120 mL	Frasco	cx. c/ 60 fr. + copo dosador	Farmace	27500	R\$ 2,5143	R\$ 69.143,25
223	Cloridrato de Amiodarona 50 mg/mL solução injetável - Ampola 3 mL	Frasco	cx. c/ 100	Hipolabor	600	R\$ 2,7757	R\$ 1.665,42
283	Cloridrato de Metformina 500 mg – comprimido de liberação prolongada	Cp	cx. c/ 400 cp 40 bl. C/ 10 cp	Prati	30.000	R\$ 0,1484	R\$ 4.452,00
294	Cloridrato de Midazolam 5 mg/mL solução injetável -	Ampola	cx. c/ 100	Hipolabor	300	R\$	R\$

CNPJ 94.446.804/0001-62 – Fone (55) 3218-8616

 Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes – CEP 97050-282 – Santa Maria – RS
 e-mail pregaoeletronico@circ.rs.gov.br - site www.circ.rs.gov.br

	Ampola 10 mL					2,5188	755,64
295	Cloridrato de Midazolam 5 mg/mL solução injetável - Ampola 3 mL	Ampola	cx. c/ 100	Hipolabor	5170	R\$ 1,6255	R\$ 8.403,84
303	Cloridrato de Ondansetrona 2 mg/mL solução - Ampola 2 mL - IV	Ampola	cx. c/ 50	Hypofarma	1.500	R\$ 0,8571	R\$ 1.285,65
304	Cloridrato de Ondansetrona 4 mg	Cp	cx. c/ 30 3 bl. c/10	Biolab	8.000	R\$ 0,1725	R\$ 1.380,00
305	Cloridrato de Ondansetrona 8 mg	Cp	cx. c/ 30 3 bl. C/10 cp	Biolab	5.000	R\$ 0,1725	R\$ 862,50
328	Cloridrato de Sertralina 50 mg	Cp	cx. c/ 500 cp 25 bl. C/ 20 cp	Cimed	20.000	R\$ 0,0898	R\$ 1.796,00
331	Cloridrato de Tansulosina 0,4 mg – comprimido revestido de liberação prolongada	Cp	cx. c/ 30 cap. lib. prol. 3 bl. C/ 10	Geolab	17160	R\$ 0,9656	R\$ 16.569,70
335	Cloridrato de Tiamina 300 mg	Cp	cx. c/ 600 - 60 bl. C/ 10	Prati	12.000	R\$ 0,2189	R\$ 2.626,80
338	Cloridrato de Tramadol 50 mg	Cp	cx. c/ 500 50 bl. C/ 10	Hipolabor	18.000	R\$ 0,1143	R\$ 2.057,40
399	Diazepam 5 mg/mL solução injetável IM/IV - Ampola 2 mL	Ampola	cx. c/ 100 amp. 2 ml	Hipolabor	1.000	R\$ 0,6955	R\$ 695,50
401	Diclofenaco Dietilamônio 11,6 mg/g gel creme - Bisnaga 60 gr	Bisnaga	cx. c/ 1 bisnaga 60g	Cimed	800	R\$ 2,8566	R\$ 2.285,28
404	Diclofenaco Potássico 50 mg	Cp	cx. c/ 20 cp revest. 1 bl. C/ 20 cp	Cimed	8.000	R\$ 0,0626	R\$ 500,80
443	Divalproato de sódio 500 mg	Cp	Fr. c/ 20 cp cx. c/ 1 fr.	Zydus	13200	R\$ 0,8672	R\$ 11.447,04
446	Domperidona 10 mg	Cp	cx. c/ 90 3 bl. C/ 30	Cimed	10.000	R\$ 0,0343	R\$ 343,00
456	Epinefrina (Adrenalina) 1 mg/mL solução injetável - Ampola 1 mL	Ampola	cx. c/ 100 amp. 1 ml	Hipolabor	600	R\$ 0,8072	R\$ 484,32
457	Esomeprazol Magnésio 20 mg	Cp	cx. c/ 28 cp. revest. Lib. retardada	Cimed	9900	R\$ 0,6775	R\$ 6.707,25
475	Ezetimiba 10 mg	Cp	cx. c/ 30 3 bl. C/ 10 cp	Biolab	33000	R\$ 0,3862	R\$ 12.744,60
487	Finasterida 5 mg	Cp	cx. c/ 30 cp. hospitalar 2 bl. C/ 15 cp	Cimed	30.000	R\$ 0,1888	R\$ 5.664,00
490	Flumazenil 0,1 mg/mL, solução injetável - Ampola 5 mL	Ampola	cx. c/ 5 amp. 5 ml	Hipolabor	300	R\$ 4,8456	R\$ 1.453,68
511	Glibenclamida 5 mg	Cp	cx. c/ 450 cp sulcados 15 bl. C/ 30 cp	Geolab	894300	R\$ 0,0345	R\$ 30.853,35
518	Glimepirida 2 mg	Cp	cx. c/ 450 cp sulcados 15 bl. C/	Cimed	176000	R\$ 0,0669	R\$ 11.774,40

			30 cp				
555	Ibuprofeno 300 mg	Cp	cx. c/ 500 cp. 50 bl. C/ 10 cp.	Geolab	343200	R\$ 0,0748	R\$ 25.671,36
566	Itraconazol 100 mg	Cp	cx. c/ 250 cp. 50 bl. c/ 5 cp	Geolab	800	R\$ 0,6701	R\$ 536,08
590	Levotiroxina sódica 100 mcg	Cp	cx. c/ 50 cp. sulcados 2 bl. C/ 25 cp.	Merck S.A.	35.000	R\$ 0,0979	R\$ 3.426,50
592	Levotiroxina sódica 25 mcg	Cp	cx. c/ 50 cp. sulcados 2 bl. C/ 25 cp	Merck S.A.	35.000	R\$ 0,0989	R\$ 3.461,50
593	Levotiroxina sódica 50 mcg	Cp	cx. c/ 50 cp. sulcados 2 bl. C/ 25 cp	Merck S.A.	35.000	R\$ 0,0898	R\$ 3.143,00
607	Maleato de enalapril 10 mg	Cp	cx. c/ 500 cp sulcados 25 bl. C/ 20 cp	Cimed	10.000	R\$ 0,0287	R\$ 287,00
608	Maleato de enalapril 20 mg	Cp	cx. c/ 500 cp sulcados 25 bl. C/ 20 cp	Cimed	10.000	R\$ 0,0418	R\$ 418,00
610	Maleato de enalapril 5 mg	Cp	cx. c/ 500 cp sulcados 25 bl. C/ 20 cp	Cimed	388300	R\$ 0,0339	R\$ 13.163,37
619	Mesalazina 400 mg	Cp	cx. c/ 30cp revest. Lib. retard.	Prati	5500	R\$ 0,4785	R\$ 2.631,75
621	Mesilato de Doxazosina 2 mg	Cp	cx. c/ 30 cp 1 bl. C/ 30 cp	Cimed	40.000	R\$ 0,0665	R\$ 2.660,00
623	Mesilato de Doxazosina 4 mg	Cp	cx. c/ 30 cp. 2 bl. 15 cp	Cimed	166650	R\$ 0,1412	R\$ 23.530,98
624	Mesilato de Rasagilina 1 mg	Cp	cx. c/ 30 cp. 2 bl. 15 cp	Zydus	7392	R\$ 3,1306	R\$ 23.141,40
639	Mononitrato de Isossorbida 20 mg	Cp	cx. c/ 100 10 bl. C/ 10	Zydus	295680	R\$ 0,164	R\$ 48.491,52
640	Mononitrato de Isossorbida 40 mg	Cp	cx. c/ 20 cp 2 bl. C/ 10	Zydus	20.000	R\$ 0,30	R\$ 6.000,00
641	Montelucaste de sódio 10 mg	Cp	cx. c/ 30 cp. 3 bl. C/ 10 cp.	Geolab	7150	R\$ 0,345	R\$ 2.466,75
642	Montelucaste de sódio 4 mg - Comprimido mastigável	Cp	cx. c/ 30 cp. 3 bl. C/ 10 cp.	Geolab	3300	R\$ 0,2299	R\$ 758,67
643	Montelucaste de sódio 5 mg	Cp	cx. c/ 30	Geolab	11000	R\$	R\$ 2.458,50

			cp. mastigávei s 3 bl. C/ 10 cp.		0,2235	
648	Nimesulida 100 mg	Cp	cx. c/ 600 cp. 50 bl c/ 12 cp.	Cimed	18.000	R\$ 0,058 R\$ 1.044,00
651	Nistatina 100.000 UI + Óxido de Zinco 200 mg pomada – Bisnaga 60 g	Bisnaga	cx. c/ 1 bisnaga 60 g	Cimed	500	R\$ 6,8689 R\$ 3.434,45
654	Nitrito de Miconazol 20 mg/g creme dermatológico - Bisnaga 28 g	Bisnaga	cx. c/ 50 bisnagas c/ 28 g	Hipolabor	600	R\$ 2,2857 R\$ 1.371,42
657	Nitrito de miconazol 20 mg/g loção - Frasco 30 mL	Frasco	cx. c/ 1 fr. 30 ml	Cimed	400	R\$ 2,7274 R\$ 1.090,96
667	Olanzapina 5 mg	Cp	cx. c/ 30 cp. revest.	Prati	9328	R\$ 0,265 R\$ 2.471,92
680	Oxalato de escitalopram 20 mg	Cp	cx. c/ 30 cp. revest.	Cimed	44880	R\$ 0,1489 R\$ 6.682,63
683	Palmitato de retinol 5.000 UI + Cloranfenicol 900 UI + Óxido de zinco 150 mg pomada - Bisnaga 45 g	Bisnaga	cx. c/ 1 bisnaga 45 g	Cimed	1375	R\$ 3,3622 R\$ 4.623,03
684	Pantoprazol Sódico 40 mg	Cp	cx. c/ 42 cp. revest. De lib retard. 3 bl. C/ 14 cp.	Cimed	16500	R\$ 0,1388 R\$ 2.290,20
709	Prednisolona 3 mg/mL solução oral - Frasco 100 mL	Frasco	cx. c/ 50 fr. c/ 100 ml + copo dosador	Hipolabor	700	R\$ 5,7255 R\$ 4.007,85
718	Propiltiouracila 100 mg	Cp	cx. c/ 30 cp. 3 bl. C/ 10 cp sulcados	Biolab	5500	R\$ 0,6218 R\$ 3.419,90
726	Risperidona 1 mg/ml solução oral - Frasco 30 ml	Frasco	cx. c/ 100 fr. c/ 30 ml + seringa dosadora	Prati	500	R\$ 10,6233 R\$ 5.311,65
745	Simeticona 40 mg	Cp	cx. c/ 400 cp. 20 bl. C/ 20 cp.	Pharmasci ence	10.000	R\$ 0,0753 R\$ 753,00
749	Sinvastatina 40 mg	Cp	cx. c/ 600 cp. 40 bl. C/ 15 cp.	Cimed	1793550	R\$ 0,10 R\$ 179.355,00
759	Sulfadiazina de prata 10 mg/g - Bisnaga 50 g	Bisnaga	cx. c/ 50 bisnagas c/ 50 g	Prati	400	R\$ 5,8489 R\$ 2.339,56
760	Sulfadiazina de prata 10 mg/g - Pote 400 g	Pote	cx. c/ 24 potes 400g	Prati	100	R\$ 31,7998 R\$ 3.179,98
783	Sulfato de Terbutalina 0,5 mg/mL EV/SC - Ampola 1 mL	Ampola	cx. c/ 100 ampola 1 ml	Hipolabor	600	R\$ 1,1655 R\$ 699,30
785	Sulfato Ferroso 125 mg/mL (Equivalente a 25 mg/mL de Ferro elementar) -alimento ou medicamento - gotas - Frasco 30 mL	Frasco	cx. c/ 100 fr. gotejadore s 30 ml	Airela	500	R\$ 0,8955 R\$ 447,75
787	Sulfato Ferroso 40 mg (Equivalente a 14 mg de Ferro elementar) - alimento ou medicamento	Cp	cx. c/ 510 cp. 17 bl. C/ 30 cp.	Lapon	20.000	R\$ 0,0291 R\$ 582,00

800	Topiramato 100 mg	Cp	cx. c/ 60 cp. revest. 6 bl. C/ 10 cp.	Zydus	28600	R\$ 0,2756	R\$ 7.882,16
803	Travoprost 0,040 mg solução oftálmica - Frasco 2,5 mL	Frasco	cx. c/ 1 fr. 2,5 ml	Geolab	440	R\$ 9,4387	R\$ 4.153,03
807	Valeriana 50 mg	Cp	cx. c/ 20 cp. 2 bl c/ 10 cp.	Cimed	33000	R\$ 0,1585	R\$ 5.230,50
808	Valsartana 160 mg	Cp	cx. c/ 30 cp. revest. 2 bl. C/ 15 cp.	Cimed	6600	R\$ 0,4058	R\$ 2.678,28
813	Valsartana 80 mg	Cp	cx. c/ 30 cp. revest. 2 bl. C/ 15 cp.	Cimed	6600	R\$ 0,3056	R\$ 2.016,96
817	Vildagliptina 50 mg	Cp	cx. c/ 60 cp	Althaia	5500	R\$ 0,4745	R\$ 2.609,75

Valor total: R\$ 108.076,31

§ 1º Os produtos deverão estar em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde e de outras normas regulamentadoras aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).

§ 2º Deverá constar na embalagem os dados de identificação, procedência/fabricante, data de fabricação e validade, número do lote e registro no Ministério da Saúde (sempre que houver), inclusive em embalagens fracionáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

Os preços registrados nesse processo terão validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da presente ata, podendo ser prorrogado a critério da administração, do interesse público e conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço para o fornecimento do objeto é o constante da CLÁUSULA PRIMEIRA, entendido como justo e suficiente para a total execução do objeto desta ata.

CLÁUSULA QUARTA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

A responsabilidade pela condução do presente processo licitatório, bem como pelo gerenciamento da ata de registro de preços cabe ao Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS – CI/CENTRO, que é o órgão gerenciador.

§ 1º A responsabilidade pelos contratos que da ata de registro de preços decorrerem, bem como pela solicitação, recebimento, fiscalização, pagamentos e controle das aquisições de medicamentos caberá a cada órgão participante.

§ 2º Os municípios consorciados, na condição de órgãos participantes da licitação são: Agudo, Cacequi, Dilermando de Aguiar, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguari, Jari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Paraíso do Sul, Restinga Sêca, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretã, Unistalda e Vila Nova do Sul.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A partir da assinatura desta ata de registro de preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

§ 1º A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

§ 2º A contratação com os fornecedores será formalizada pelo município participante, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme Lei 14.133/2021.

§ 3º O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante a emissão da ordem de compra/empenho ou instrumento equivalente decorrente da ata de registro de preços.

§ 4º O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata de registro de preços, desde que não ultrapassem a estimativa de consumo anual estabelecida na proposta.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução ou aumento dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na Lei 14.133/2021, mediante a devida comprovação.

§ 1º O registro do fornecedor será cancelado, quando:

- I) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- III) sofrer sanção prevista na Lei 14.133/2021.

§ 2º O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 3º O item registrado poderá ser cancelado caso não haja êxito nas negociações entre o órgão gerenciador e o fornecedor, por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I) por razão de interesse público; ou
- II) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

A solicitação do material será realizada conforme necessidade de cada município participante. A entrega do objeto deverá ocorrer no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis contados do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento da ordem de compra/empenho, mediante agendamento prévio através dos telefones dos municípios que solicitaram o produto, no local especificado pelos mesmos.

§ 1º O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo município, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e solicitado antes de expirar o prazo de entrega estipulado.

§ 2º Junto dos materiais deverão ser entregues os laudos técnicos de controle de qualidade do fabricante.

§ 3º Poderão ocorrer pedidos com entregas parceladas conforme a necessidade do município.

§ 4º O local de entrega será especificado na ordem de compra/empenho, ficando expressamente proibida a entrega em local diverso ao especificado.

§ 5º Correrá por conta do fornecedor qualquer prejuízo causado em decorrência do transporte e do descarregamento.

§ 6º As despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos e tributos competem exclusivamente ao fornecedor.

§ 7º Os materiais deverão ser entregues com as embalagens em perfeito estado. Sendo constatada qualquer irregularidade, o fornecedor deverá entregar nova remessa dentro das condições ideais, cujo prazo será determinado no ato pelo responsável pelo recebimento e imediatamente comunicado ao setor competente para que seja(m) adotada(s) a(s) sanção(ões) cabível(is).

§ 8º A não substituição do material em desacordo dentro do prazo estipulado, será considerado como não entregue, estando sujeita à multa, conforme prevê a CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

§ 9º Os custos para que sejam substituídos os materiais rejeitados correrão exclusivamente às expensas do fornecedor.

§ 10 O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do pregão.

§ 11 O prazo de validade dos materiais deverá ser de **no mínimo 75%** (setenta e cinco por cento) do prazo total da validade do item, **no momento da data de entrega**.

§ 12 Em caso do descumprimento do § 11, para não deixar o município desatendido e este aceite a Carta de Troca, a empresa fornecedora deverá assegurar a troca dos itens em questão na sua totalidade do lote enviado.

§ 13 Os **materiais termolábeis** deverão respeitar as **condições para transporte e entrega**, ou seja, devem serem entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA.

Transporte: O transporte dos medicamentos termolábeis deverá ser realizado por transportadoras autorizadas (veículo deverá ter características especiais - conforto térmico) e obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade dos mesmos. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados em caixas térmicas (isopor ou equivalente) com controle de temperatura (temperatura de acondicionamento entre 2º C e 8º C, ou conforme exigido no rótulo).

§ 14 Estando os bens fornecidos em desacordo com as especificações e condições detalhadas no Edital, na Ata de Registro de Preços ou com o disposto no presente compromisso de fornecimento, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR efetuará a troca imediata, parcial ou total, do produto entregue que não tenha qualidade, e se responsabilizará por eventuais danos e prejuízos causados pelo

mesmo, sob pena de configuração da inexecução das obrigações assumidas no presente ajuste, sem prejuízo das sanções cabíveis

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O fornecedor garante que o objeto será executado no prazo e qualidade contidos no processo licitatório, nas quantidades solicitadas, na respectiva nota de empenho e no presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

O pagamento só será efetuado quando o fornecedor realizar a entrega total dos itens relacionados na nota de empenho.

§ 1º O pagamento será efetuado em **até 20 (vinte) dias consecutivos**, contados da data da liberação da nota fiscal para os municípios.

§ 2º O CNPJ do fornecedor constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

§ 3º Deverá constar na nota fiscal, os dados bancários para pagamento (banco, agência, nº da conta), bem como o número do empenho correspondente.

§ 4º A empresa vencedora, deverá observar as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e demais legislações, para fins de retenção de imposto de renda.

§ 5º O pagamento será efetuado pelo município, em horário de expediente. Caso o dia de pagamento seja feriado, o mesmo será transferido para o primeiro dia útil seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços não sofrerão reajustes, conforme determina o Art. 2º, § 1º da Lei 10.192/2001.

§ 1º De acordo com a previsão da Lei 14.133/2021, fica ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro em face da superveniência das condições de mercado aplicáveis à espécie, devendo para tanto ser encaminhado pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente fundamentado e justificado, ou seja, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias-primas, notas fiscais ou de outros documentos julgados necessários, demonstrando de maneira clara e inequívoca o pedido.

§ 2º Em caso de apresentação e de indeferimento de pedido de realinhamento de preço registrado, via requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, o fornecedor **permanece obrigado** a cumprir as disposições da ata de registro de preços, tendo que manter o fornecimento dos produtos.

§ 3º O indeferimento do pedido de reequilíbrio não será causa de desclassificação do licitante/fornecedor no certame.

§ 4º Em caso de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora fica obrigada a manter o valor e entrega dos materiais solicitados pelos municípios participantes do processo até a data de solicitação.

§ 5º Ao licitante/fornecedor que descumprir a ata, poderão ser aplicadas todas as penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e, especificamente: advertência; multa, estipulada em 10% (dez por cento) sobre o valor registrado; suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo de até 2 (dois) anos, tudo limitado ao

âmbito do Consórcio e dos municípios participantes da licitação compartilhada e constatado através de expediente administrativo, no qual seja oportunizada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e do edital e seus anexos, obriga-se, ainda, o fornecedor a:

- I) Efetuar a entrega do objeto licitado conforme estabelecido na CLÁUSULA SÉTIMA deste instrumento.
- II) Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) com força de trabalho própria e a suas expensas.
- III) Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.
- IV) Substituir os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias e exigidas estabelecidas neste instrumento.
- V) Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.
- VI) Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste instrumento, sendo que o transporte até o local de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.
- VII) Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local e quantidades indicadas dos objetos adjudicados, bem como despesas com transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
- VIII) Cumprir rigorosamente com o disposto nesta ata.
- IX) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
- X) Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao município ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DE SUA FISCALIZAÇÃO

As entregas dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento quanto à descrição dos itens serão fiscalizados pelos municípios, através do responsável técnico, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando o fornecedor a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

§ 1º Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará os municípios e terão as seguintes atribuições e obrigações:

- I) receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta apresentada, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.
- II) assegurar ao fornecedor acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.
- III) agir e decidir em nome do município, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações ou quantidades solicitadas.
- IV) comunicar oficialmente ao fornecedor quanto à rejeição do(s) produto(s).
- V) certificar a nota fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.
- VI) exigir do fornecedor o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.
- VII) sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pelo fornecedor, de condições previstas neste instrumento.
- VIII) transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, ao fornecedor, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.
- IX) solicitar a abertura de processo administrativo especial, nos termos deste instrumento, ao fornecedor que descumprir as obrigações assumidas.
- X) no exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pela mesma julgados necessários.
- XI) Adequar as notas de empenhos para caixas fechadas, tendo em vista a impossibilidade de fracionamento pelo fornecedor, conforme RDC nº 80/06.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas o fornecedor sujeitar-se-á às seguintes sanções além das responsabilidades por perdas e danos:

- I) **Multas administrativas**, após regular processo administrativo (movido pelo município e/ou Consórcio), a critério dos mesmos:
 - a) por atraso injustificado na execução do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;
 - b) por atraso injustificado na execução do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 5% (cinco por cento) sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;
 - c) por inexecução total ou parcial injustificada do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.
- II) **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração**, após regular processo administrativo:
 - a) por atraso injustificado na execução do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 3 (três) meses;

b) por inexecução total ou parcial injustificada do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento: até 2 (dois) anos.

III) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

§ 1º As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

§ 2º Da abertura de processo administrativo para aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

§ 3º Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS CONSORCIADOS NÃO PARTICIPANTES

Desde que justificada a vantagem, a(s) Ata(s) de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgão consorciado (município consorciado) que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuênciam do órgão gerenciador (Consórcio).

§ 1º Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata, deverão consultar o órgão Gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere esta cláusula não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro (2x) do quantitativo de cada item registrado na ata para os órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO AMPARO LEGAL E LEGISLAÇÃO APlicável

A lavratura da presente ata decorre da realização de pregão, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 11.462/2023, Lei nº 8.078/1990, Lei nº 11.107/2005 e Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

§ 1º A execução desta ata, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma, da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro de Santa Maria/RS, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata de Registro de Preços, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

FERNANDO DA ROSA PAHIM

Presidente do Consórcio

INOVAMED HOSPITALAR LTDA

Empresa fornecedora